

NOTÍCIAS DA ASSEMBLEIA-SC

Florianópolis, 1º de dezembro de 2000

Ano 2 Nº 43

Depoimentos revelam causas da sonegação no Estado

A morosidade no processo de julgamento das notificações pelo Conselho Estadual de Contribuintes (CEC) é uma das causas da sonegação fiscal em Santa Catarina. Isto porque entre a notificação e o primeiro recurso, da Secretaria da Fazenda ou do próprio contribuinte, pode levar anos para o ato ser julgado.

Esta foi a conclusão a que chegou a deputada Ideli Salvatti (PT), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga casos de evasão fiscal no Estado, após ouvir os depoimentos do atual presidente e do ex-presidente do CEC, Cidemar José Dutra, e José Aleixo Dellagnelo, respectivamente.

A parlamentar aponta também esquema de favorecimentos, dizendo que no Conselho havia tráfico de influência.

Página 5



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Deputada Ideli interpela presidente do CEC

Deputados apresentam 681 emendas ao Orçamento Estadual

Concluída a apresentação de emendas ao projeto de Orçamento para 2001

Do total de emendas encaminhadas à Comissão de Finanças, presidida pelo deputado João Rosa (PTB), 227 tiveram origem das cinco audiências do Orçamento Regionalizado (OR), ocorridas neste ano. Ao menos um município em cada uma das nove regiões em que foi dividido o OR foi contemplado com uma emenda no Orçamento 2001. Os recursos para investimentos em obras e programas nos diversos setores da administração pública somam R\$ 700 milhões, cabendo ao Orçamento Regionalizado algo em torno de R\$ 30 milhões.

O relator da matéria, deputado Paulo Bornhausen (PFL), informou que esta sexta-feira (1º) será o prazo limite para a apresentação de um pré-relatório contendo a análise técnica da peça orçamentária. Já o parecer final para votação em Plenário poderá ser entregue até o dia 13 de dezembro.

Região	Emendas	Obra de maior custo
Oeste	52	Reestruturação da malha viária urbana de Chapecó
Vale do Rio do Peixe	35	Reabertura e cascalhamento de 42 km de estrada ligando Timbó Grande a Caçador
Sul	32	Construção de 3,5 km no trecho da Rodovia Luiz Rosso até Porto Seco
Alto Vale do Itajaí	28	Obras de saneamento básico em Rio do Sul
Vale do Itajaí	21	Construção Hospital Universitário Regional
Planalto Serrano	19	Pavimentação de acessos às áreas industriais
Nordeste	16	Construção de escola municipal em Joinville
Grande Florianópolis	12	Pronto socorro cardiológico em Florianópolis
Norte	11	Pavimentação asfáltica para bairro industrial em Canoinhas

OPINIÃO

Trabalho Voluntário



Com o privilégio de ter sido, na Câmara dos Deputados, autor do projeto que deu lugar à Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, requeremos na Assembléia a realização de sessão solene no dia 4 de dezembro, em homenagem ao Dia Internacional do Voluntariado. Perseguimos repercussão cada vez maior para o trabalho voluntário regulamentado e exercido dentro de condições legais, diferenciado das atividades remuneradas e com vínculo empregatício.

Atividade espontânea, de foro individual, o trabalho voluntário, a rigor, nem precisaria ser regulamentado. A experiência, contudo, conduziu-nos a outra direção. Pessoas se comprometiam, por vezes até mediante votos religiosos, a exercer tarefas de voluntariado e depois, por razões diversas, moviam ações contra as entidades assistenciais, inviabilizando-as ou fazendo com que se consumissem em encargos trabalhistas.

O procedimento tornou-se bastante comum e inibiu o uso do trabalho voluntário, com graves prejuízos para a sociedade, particularmente às camadas mais necessitadas. A inibição também afetava as pessoas que gostariam de desenvolver este trabalho, mas recuavam diante da falta de uma regulamentação clara que as incentivasse e ao mesmo tempo, resguardasse do caos financeiro as entidades que iriam promover.

O clima corporativista que assolava o país concorria para dificultar, e em muitos casos impedir, o direito de cada um à contribuição individual através do exercício da solidariedade. Velada resistência surgiu até na Câmara, quando da votação do projeto, de parte dos que ainda viam no trabalho voluntário uma ameaça ao emprego ou temiam possíveis abusos na prerrogativa da ocupação regulamentada.

No entanto, o exercício do trabalho voluntário nunca significou concorrência para ninguém, nem aviltou qualquer profissão. Ao contrário, enobreceu todas as profissões com as quais veio a se comunicar, como enriqueceu as comunidades que o utilizaram e aumentou a produtividade social. Funciona como um instrumento de justiça distributiva. Tanto é assim que, espontaneamente, a ele acode o apoio da sociedade civil.

Felizmente, o espírito do nosso projeto, uma lei já de quase três anos, foi bem entendido pelas Comissões e pelo Plenário, que o aprovou por larga margem (277 votos a favor e 122 contra). Se algum receio houve por parte dos que tudo debitam à conta do Estado e deste tudo esperam, hoje há a certeza de que não poderíamos mesmo ter continuado convivendo com um estado "pai de todos".

É, afinal, em nome da humanidade que se há de entender como lógica a expansão, sempre, da inteligência, da livre iniciativa e - por que não? - do indefectível exercício da abnegação.

Deputado Paulo Bornhausen (PFL)

A luta contra a Aids



Dia 1º de dezembro é o Dia Mundial de Luta contra a Aids.

Aids, um flagelo social e de saúde pública que assola o mundo, o Brasil, o nosso estado e a maioria dos municípios catarinenses.

Itajaí, minha querida cidade, que conjuga esforços num intenso trabalho para vencer o mal, ainda ocupa o primeiro lugar no Brasil, com 1.107 casos acumulados de 1984 a 2000 em indivíduos acima de 13 anos de idade. Outros municípios catarinenses que ocupam os dez primeiros lugares por ordem de incidência de Aids em Santa Catarina, no mesmo período e faixa etária, são: Balneário Camboriú, 327

casos; Florianópolis, 1.660 casos; Camboriú, 170 casos; Navegantes, 100 casos; Criciúma, 493 casos; São José, 440 casos; São João Batista, 34 casos; Brusque, 159 casos; Piçarras 22 casos.

Dos 8.079 casos de Aids notificados no Estado, no mesmo período, 5.303 são do sexo masculino e 2.277 do sexo feminino. Entre as categorias de exposição prevalecem os indivíduos de comportamento heterossexual (39,68%) e os usuários de drogas injetáveis (39,1%). Segundo os dados estatísticos do programa DST/AIDS/SES, o maior número de casos

ocorre na faixa etária de 20 a 34 anos, sendo 3.096 casos masculinos e 1.424 casos femininos. Observamos um aumento crescente da Aids entre jovens, mulheres (que se contaminam a partir de seus parceiros) e as camadas mais pobres da população. Somente no período de 1984 a 2000 foram notificados 499 casos em crianças (faixa etária entre 0 - 12 anos).

Aproveito a oportunidade para lamentar a atitude do governo do Estado, que, além de não prever recursos próprios para o programa estadual DST/AIDS no Orçamento para o ano 2001, vetou-os, e agora encaminhou Ação Direta de Inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal contra a Lei Estadual nº 1.392, de 3 de maio de 2000, de minha autoria e da deputada Ideli Salvatti, que propõe uma política estadual de prevenção e controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids), a qual recebeu uma menção honrosa do diretor-geral da Unids, órgão da ONU que cuida da Aids no mundo. As razões do governo do Estado para barrar a lei não se justificam. As alegações de inconstitucionalidade são subterfúgios e representam a falta de maior compromisso político com a saúde pública em Santa Catarina.

O Dia Mundial da Luta contra a Aids chama todos nós, e muito especialmente o governo do Estado, a refletir sobre a responsabilidade coletiva deste tema, da maior relevância pública e social, que exige política efetiva de prevenção e controle.

Deputado Volnei Morastoni (PT)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uezai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Margareth Genovez

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn,

Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

TCE entrega projeto da nova Lei Orgânica à Alesc

Os processos formalizados por solicitação da Assembléia merecerão tratamento prioritário do TCE

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, Salomão Ribas, entregou no dia 28 ao presidente da Assembléia, Gilmar Knaesel (PPB), o projeto de lei complementar que trata da nova Lei Orgânica do TCE.

A principal preocupação do Tribunal de Contas é adaptar a Lei Orgânica à ordem jurídica vigente, que sofreu profundas modificações nos últimos anos motivadas, em especial, pelas Reformas Administrativa e da Previdência, aprovadas em 1998, e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sancionada em maio deste ano.

As mudanças determinaram mais atribuições para os TCEs no exercício da fiscalização das contas públicas e, por conseqüência, exigem uma nova postura dos órgãos de controle externo, que



Conselheiros do TCE entregam projeto a Knaesel

também devem ter respaldo nas suas Leis Orgânicas. Com isso, o TCE catarinense deverá ser o primeiro do País a adaptar sua Lei Orgânica às novas determinações.

A proposta define ainda instrumentos indispensáveis à instauração do contraditório e da ampla defesa, antes do julgamento do mérito pelo Pleno: a citação e a audiência. Segundo o projeto de lei, a

denúncia encaminhada ao TCE perde o caráter sigiloso, em observância ao princípio constitucional da publicidade. Também é criada a figura do corregedor-geral, que, a exemplo do presidente, terá o mandato de dois anos, a quem competirá exercer a supervisão dos serviços de controle interno do Tribunal, além de acompanhar as atividades das diretorias técnicas, dos auditores e conselheiros.

Escola do Legislativo prepara profissional do futuro

Uma pequena mostra do que será a Escola do Legislativo, que está sendo implantada pela Assembléia, será apresentada aos deputados estaduais, servidores da Alesc, técnicos de outras instituições e assessores das Câmaras Municipais durante o *I Seminário da Escola do Legislativo de Santa Catarina – do Compromisso ao Comprometimento*, que acontece nos dias 6 e 7 de dezembro, no Plenário Osni Régis.

Segundo o presidente da Alesc, deputado Gilmar Knaesel (PPB), a Escola do Legislativo é a continuidade de um trabalho desenvolvido nos últimos dois anos, de aprimoramento profissional de quem trabalha na Assembléia, através de dezenas de cursos nas áreas interpessoal, cultural e técnica. “Agora vamos ter

avanços no setor de treinamento, com uma nova estrutura e visão”, salientou Knaesel. Essa Escola vai se estender a toda esfera legislativa (municipal e estadual), preparando o profissional para as exigências de mercado. “O sistema vai excluir quem não estiver preparado para enfrentar o futuro. Vai ter condição de sobrevida quem agregar novos conhecimentos, novas técnicas, o profissional mais capacitado,” salientou.

O funcionamento da Escola - que começa em janeiro - será através de cursos presenciais na Assembléia e também a distância (Internet e Interlegis), os quais, em sua maioria, serão minis-trados por funcionários da Casa. Além de quatro salas permanentes, também serão utilizados o Plenário e o Plenarinho, com salas multimídia para debates e conferências.

Reeleição para a Mesa Diretora

Apresentado esta semana projeto de emenda constitucional de autoria do deputado Milton Sander (PPB) que permite a reeleição do presidente da Casa.

Com mais de 20 assinaturas, o projeto altera o parágrafo 3º do artigo 46 da Constituição Estadual, que trata da eleição e posse dos membros da Mesa Diretora da Assembléia. O texto em vigência veda a recondução dos membros da Mesa para o mesmo cargo na eleição seguinte.

O deputado-autor justifica a proposta dizendo que a presente emenda adequa, a exemplo do que já fizeram outras unidades da Federação, o atual texto constitucional de nosso Estado à nova realidade política traduzida na Carta Federal, que, a partir da eleição de 1998, introduziu o instituto da reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos.

COMISSÕES

Segurança pública debatida em audiência

Violência em diversas cidades catarinenses pressiona os comandos da Polícia e deputados, que buscam alternativas para conter a criminalidade no Estado

Por solicitação das Associações dos Policiais Cívicos e Militares de Santa Catarina, a Assembléia realizou nesta segunda-feira (27) uma audiência pública, presidida pelo deputado Heitor Sché (PFL), para discutir o problema da violência no Estado e as questões relativas às duas instituições.

O primeiro a se manifestar foi o presidente da Federação Catarinense dos Policiais Cívicos, João Batista da Silva, que destacou o agravamento das questões relativas à segurança pública, como o aumento dos índices de violência nos últimos meses. Para ele, o sucateamento dos equipamentos induz a uma concorrência desleal entre a Polícia e a criminalidade, ressaltando que “a falta de condições materiais e humanas, somada à triste realidade salarial, tem levado os policiais ao exercício de atividades complementares para a garantia mínima do seu bem-estar”.

A ausência de uma política de segurança pública e a questão salarial da categoria também foram tema do presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar, major Alvir Schneider, e do presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos da PM, José Andrino Mafiolletti. Schneider defendeu uma melhoria na qualidade de vida dos profissionais de segurança vinculada ao

(foto Jonas Lemos Campos)



Representantes das Polícias Civil e Militar expuseram a situação, cabendo ao deputado Heitor Sché apresentar sugestões para minimizar os problemas

aumento dos salários. Mafiolletti, por sua vez, ressaltou que a mobilização dos policiais, que poderá terminar em greve e boicote à Operação Veraneio, não tem a intenção de “derrubar o governo ou o comando-geral da Polícia Militar, mas sim encontrar uma fórmula para solucionar os problemas das duas instituições e, conseqüentemente, da segurança pública”.

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) destacou que o entendimento entre as duas Polícias no sentido de encontrar uma alternativa que solucione esses problemas tem todo o apoio dos

deputados estaduais. No mesmo teor foi o discurso da deputada Ideli Salvatti (PT), acrescentando que se a mobilização dos policiais chegar ao limite extremo, o “único responsável será o governador Esperidião Amin, por se negar a conversar com os representantes das duas instituições”.

Finalmente, o deputado Heitor Sché, que já foi secretário da Segurança Pública, apresentou as seguintes sugestões: comando único para as duas Polícias, isonomia salarial entre oficiais da PM e delegados de polícia, escala vertical e aumento do efetivo para colocar mais policiais nas ruas.

Deputados querem mutirões regionais para cirurgia de catarata

O diretor-geral do Hospital Regional de São José, Eduardo Bittencourt Filho, foi o convidado especial da reunião desta terça-feira (28) da Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL). Em pauta, projeto de lei de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL), que cria o Programa Catarinense de Incentivo à Realização de Mutirões para Diagnóstico e Cirurgia de Catarata, denominado “Mutirão Pró-Visão”. O programa objetiva diagnosticar a existência da doença em pessoas com idade superior a 50 anos, encaminhando-as para a realização da cirurgia em hospitais con-

veniados com o Sistema Único de Saúde – SUS.

O diretor do hospital apresentou aos parlamentares um relatório do trabalho desenvolvido nos mutirões. Segundo ele, no ano passado foram realizadas 707 cirurgias de catarata; este ano já são 260 somente nos mutirões ocorridos aos sábados. As cirurgias são feitas pelo SUS, sem custos para o paciente.

O deputado Reno Caramori (PPB) disse que a iniciativa é meritória, mas lembrou que há inconstitucionalidade no projeto, do qual é o relator. “Apesar de o trabalho previsto ser voluntário, haverá despesas

com materiais e equipamentos.” Caramori reforçou a idéia de que é preciso haver uma ampla discussão sobre o assunto, ressaltando que os deputados devem fazer indicação ao Executivo, o qual, posteriormente, mandará para a Assembléia um projeto sobre o assunto, para as adaptações necessárias. “Queremos garantir esse benefício, mas ‘a bola não pode bater na trave’ – numa alusão a que o projeto parlamentar será vetado se for encaminhado ao Executivo. Na próxima terça-feira, o secretário da Saúde, José Cândido da Silva, deverá participar da reunião da Comissão de Justiça, que busca ampliar essa discussão.

COMISSÕES

CPI da Sonegação Fiscal começa a tomar depoimentos

Tráfego de influência e morosidade processual

O primeiro depoimento desta semana na CPI da Sonegação foi de Cidemar José Dutra, atual presidente do Conselho Estadual de Contribuinte (CCE), questionado quase que exclusivamente sobre as 27 notificações de sonegação pela rede de lojas do grupo Makenji. A maioria dos parlamentares integrantes da CPI queriam mais esclarecimentos sobre causas que levaram o CEC a anular notificações fiscais no montante de R\$ 17 milhões, em valores de 1997. A empresa foi notificada, recorreu por duas vezes e teve as multas canceladas.

Dutra explicou que o segundo julgamento foi solicitado pelo atual secretário da



Cidemar José Dutra

Fazenda, argumentando que no primeiro teriam ocorrido algumas irregularidades, como o voto de um conselheiro que estaria "impedido" de votar por ter participado da notificação original, a falta de publicação da pauta de julgamento pelo Diário Oficial e a maneira indevida com que foram apreendidos disquetes e documentos da empresa. Atualmente, o processo encontra-se na Gerência Regional da Fiscalização e Tri-

butação da Secretaria da Fazenda na Capital.

O depoente reconheceu que cerca de 40% das notificações são canceladas ou anuladas pelo CEC, citando como exemplo o próprio caso Makenji e o da Telesc, que havia sido autuada em R\$ 55 milhões. Foi alegada duplicidade de lei como argumento na autuação. Revelou que as empresas dificilmente contestam os valores sonegados, mas sim a forma com que a fiscalização foi realizada.

O ex-presidente do CEC, José Aleixo Dellagnelo, ao referir-se ao caso Makenji, revelou que o proprietário do grupo, Mario Kenjie Iriê, procurou-o em duas oportunidades, logo que foi notificado, para pedir conselhos em relação ao julgamento. Nestas duas vezes esteve presente o deputado federal Edison Andriano (PMDB). Comentou também que a conselheira Lenai Michells foi procurada

pelo irmão do ex-senador Wilson Kleinübing (PFL), Gilberto Kleinübing, que era gerente das lojas Makenji, mas não tomou conhecimento do teor da conversa.

Revelou, ainda, que quando a Assembléia estava apreciando o processo de impeachment do ex-governador Paulo Afonso Vieira (PMDB), houve um lobby para que o Conselho cancelasse algumas multas das empresas do deputado estadual Ciro Roza (PFL), o que não teria dado resultado.

Concluindo, afirmou que atualmente existem inúmeros ex-fiscais da Secretaria da Fazenda atuando como advogados das empresas notificadas por sonegação fiscal, os quais, na defesa, geralmente enfatizam os "vícios formais" que ocorrem por ocasião das autuações, e que o cancelamento das multas são em maior número em primeira instância.

AL quer popularizar medicamentos genéricos

Com o objetivo de relacionar sugestões a serem apresentadas na 11ª Conferência Nacional de Saúde, a realizar-se no início de dezembro em Brasília, a Assembléia realizou nesta quarta-feira (29) audiência pública para debater a situação dos medicamentos genéricos no Estado. O evento foi promovido pela Comissão de Saúde, a partir de um requerimento do deputado Herneus de Nadal (PMDB).

Quatro técnicos abordaram a questão. Guilherme Cunha, da Secretaria da Saúde, falou que o Estado quer garantir qualidade e segurança na produção e distribuição dos genéricos com base no

desenvolvimento científico.

Norberto Rech, presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, discorreu sobre *Uso e consumo de medicamentos genéricos*, abordando a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

A promotora Sandra Maria Piardi, do Ministério Público, deteve-se sobre *A legislação e o controle de disponibilidade dos genéricos nas farmácias e congêneres* e Clair Castilhos, do Conselho Nacional de Saúde, falou sobre o alto preço dos medicamentos similares ou inovadores, falsificação e ações contra o oligopólio.

Ao final, foram analisadas várias propostas, como a

realização de campanha para esclarecer os benefícios dos genéricos; para que os médicos receitem mais esse tipo de medicamento, uma vez que a obrigatoriedade hoje é apenas

dos profissionais que atuam no SUS; para que as farmácias os disponibilizem mais à população e a elaboração de uma cartilha para divulgação dos genéricos.



Deputados e técnicos debatem genéricos

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

COMISSÕES

CPI da Invesc inicia trabalhos na próxima semana

(foto Jonas Lemos Campos)

Com a eleição do deputado Reno Caramori (PPB) como presidente e do deputado Moacir Sopesa (PMDB) como relator, foi instalada oficialmente esta semana, na Assembléia Legislativa, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai investigar nos próximos 90 dias o destino das debêntures emitidas pela Santa Catarina Investimentos e Participações (Invesc). Na quarta-feira, a CPI volta a se reunir para elaborar o programa de trabalho a ser desenvolvido pelos parlamentares.

A Invesc foi criada para levantar recursos destinados a investimentos em



Deputado Reno Caramori

obras do Governo do Estado, cujas debêntures tiveram como lastro legal 29% das ações das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). Por ocasião do seu lançamento, na administração do ex-governador Paulo Afonso Vieira (PMDB), foram arrecadados cerca de R\$ 130 milhões.

A primeira meta da CPI, segundo o deputado Reno Caramori, é identificar o destino das debêntures comercializadas que até hoje não foram contabilizadas oficialmente. Os próximos passos da Comissão serão definidos na reunião do dia 6.

CPI da Cohab

Para esclarecer os parlamentares da CPI da Cohab, presidida pelo deputado Sandro Tarzan (PTB), sobre o contrato de venda da carteira de habitação da Cohab para a Caixa Econômica Federal (CEF), os membros da Comissão enviaram ofícios à Procuradoria-Geral do Estado e ao Tribunal de Contas. Conforme plano de trabalho apresentado pelo relator, deputado Afonso Spaniol (PPB), na próxima terça-feira (5), após a sessão plenária, os técnicos destes órgãos vão levar ao conhecimento dos parlamentares o parecer do contrato que originou a CPI. "Precisamos entender o contrato firmado no governo anterior, como foi feito, se é lícito ou se há vícios. Por isso convocamos os técnicos do TCE e da Procuradoria-Geral do Estado. Se chegarmos à conclusão de que o mutuário foi prejudicado, tomaremos providências para levar esses fatos à Justiça", declarou Tarzan. No dia 12 de dezembro o presidente da Cohab, Orlando Batistotti, será questionado pelos membros da Comissão a respeito do contrato, respectivamente os deputados Volnei Morastoni (PT), Nilson Gonçalves (PFL), Olices Santini (PPB) e Gelson Sorgato (PMDB).

Gestão ambiental da suinocultura

A implantação de um projeto de gestão ambiental para a suinocultura nas bacias hidrográficas do Estado foi objeto de indicação ao governador, assinada pela Comissão de Agricultura da Assembléia.

Segundo os deputados, a suinocultura é uma atividade de grande importância para a economia estadual e para a fixação do homem no campo, tendo hoje um rebanho de 5,5 milhões de cabeças, que produzem 586 mil toneladas de carne por ano. Entretanto, alertam que é alarmante a perda da qualidade de vida, pela degradação dos recursos naturais, especialmente da água, o que causa graves problemas à saúde humana nas microrregiões produtoras de suínos, fato que não tem recebido a devida atenção. Entendem que o manejo inadequado e o modelo de exploração praticado provocam grande impacto ambiental e colocam em risco a manutenção e a expansão desta atividade econômica no Oeste catarinense.

Assim sendo, sugerem ao chefe do Executivo e ao secretário da Agricultura a elaboração e implantação de um programa de gestão ambiental da suinocultura que contenha um inventário

Direitos da criança e do adolescente

Adolescente, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia produziu uma cartilha com os principais artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O lançamento acontecerá na próxima quinta-feira (7), a partir das 14h, no Plenarinho da AL, durante audiência pública sobre os 10 anos do Estatuto.

Responsável pela idéia, o presidente da Comissão, deputado Jaime Duarte, acredita que seja possível melhorar o tratamento das crianças e dos adolescentes para que se tornem "cidadãos capazes de construir um país justo e democrático".

Foram impressos 3 mil exemplares para distribuição nas escolas, nos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente e nos Conselhos Tutelares catarinenses. As ilustrações da cartilha são de autoria de Adhemar Sant'Ana e foram cedidas pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Projeto - Para colocar em prática o que o Estatuto estabelece, Duarte apresentou projeto que proíbe o firmamento de convênios do Governo do Estado com os municípios que não mantiverem em funcionamento tanto o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto o Tutelar.

Dos 293 municípios catarinenses, cerca de 280 têm esses Conselhos. Entretanto, segundo o deputado, na grande maioria, mantêm-se de forma cartorial, não produzindo efeitos práticos na formulação de políticas públicas e no atendimento às crianças e aos adolescentes.

abordando a disponibilidade de tecnologias, a capacitação dos produtores, a implantação de um sistema de informações georeferenciais e o monitoramento dos recursos naturais para a verificação do impacto ambiental e da qualidade de vida, nos moldes do projeto da Embrapa.

Os membros da Comissão alertam que se nada for feito, a situação tende a se agravar a curto prazo, provocando a redução do número de criadores, aumentando o custo de produção e, como consequência, a perda na eficiência do sistema criatório.

PLENÁRIO

Transporte coletivo gratuito para deficientes renais crônicos

O Plenário da Assembléia aprovou substitutivo global ao Projeto de Lei nº 128/99, de autoria de diversos parlamentares, que institui a gratuidade do transporte rodoviário intermunicipal para portadores de deficiência renal crônica, professores da rede pública estadual no trajeto escola-casa, e vice-versa, e policiais e bombeiros militares.

O projeto concede, ainda, desconto de 50% no valor da passagem aos alunos do ensino fundamental, médio e superior, devidamente matriculados. Aos aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a 65 anos e renda igual ou inferior a três salários mínimos,

concede desconto de 40%.

Ainda de acordo com o projeto, os beneficiários relacionados no artigo anterior deverão credenciar-se; nas empresas transportadoras, as quais expedirão cartão de isenção. Este será o documento indispensável à obtenção do benefício.

De acordo com o relator do substitutivo global, deputado Nilson Gonçalves (PFL), "as empresas transportadoras exigirão, para o credenciamento de pessoas portadoras de deficiência renal crônica, documento médico que ateste a condição irreversível da doença".

Cola de sapateiro e similares

De autoria do deputado Duarte (PPS) foi aprovado projeto de lei que determina a distribuição, comercialização e a utilização de produtos cuja composição contenha o solvente hidrocarboneto aromático (tolueno) – cola de sapateiro - e outros produtos sintéticos à base de benzeno, tolueno, éter e demais produtos tóxicos e voláteis no Estado deverão seguir normas estabelecidas por esta lei.

Os estabelecimentos envolvidos deverão cadastrar-se nos órgãos fiscalizadores das secretarias da Saúde e do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. A Secretaria da Saúde instituirá o receituário comercial através de impresso padronizado, que vai identificar o

consumidor, o qual deverá ser maior de 18 anos. Para o parlamentar, critérios rígidos visam minimizar o número elevado de usuários de entorpecentes e alucinógenos, que no futuro vão consumir drogas mais pesadas, como cocaína, crack e outras.

Controle de qualidade - Preocupado com as ocorrências de formação de cartel e adulteração de combustíveis comercializados, Duarte apresentou projeto de lei, também aprovado, instituindo o Controle de Qualidade OK em todos os postos do Estado. A Secretaria de Justiça e Cidadania, através do Procon, em parceria com a Fundação de Ciência e Tecnologia (Funcitec), baixará normas para regulamentar o cumprimento da lei.

Projeto regulamenta brincadeira com pipas

A Assembléia aprovou projeto de lei, de autoria do deputado João Rosa (PTB), que proíbe em todo território catarinense a utilização de pipas ou similares equipadas com instrumentos cortantes e com linhas preparadas com cerol – mistura de pequenos pedaços de vidro e cola colocada em toda a extensão da linha.

De acordo com a proposição, o infrator ficará sujeito à apreensão do objeto e a uma multa no valor de 50 Ufirs, sem prejuízo das penalidades previstas em legislação federal. Em caso de reincidência, a multa será o dobro da anteriormente aplicada. Este período, segundo a lei, terá duração de dois anos a contar da primeira

autuação.

A lei aprovada determina que se o infrator for menor de idade, seu responsável legal responderá pelas penalidades. Já os objetos cortantes e os produtos utilizados no preparo das linhas considerados proibidos serão definidos através de regulamentação.

Justificando sua proposta, o parlamentar argumenta que sua iniciativa visa à inibição da prática usual desses instrumentos cortantes, que se transformam em verdadeira arma, podendo ferir, mutilar e até mesmo matar pessoas, como já ocorreu em algumas oportunidades em todo o País, e recentemente em Florianópolis.

Derrubado veto ao projeto de agroecologia

Os deputados rejeitaram o veto total ao projeto de lei de autoria dos deputados Pedro Uczai e Neodi Sareta, ambos do PT, que formula a política estadual de fomento e de desenvolvimento da produção agroecológica. O Poder Executivo considerou o projeto inconstitucional porque dispõe sobre matéria orçamentária, pois é de iniciativa do governo do Estado as leis que estabelecem o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e o Orçamento anual, bem como as que definem as metas e prioridades da administração pública.

Segundo os autores do projeto, a lei garante aos produtores que não usam hormônios, adubos químicos sintéticos, agrotóxicos ou transgênicos crédito subsidiado, pesquisa participativa, apoio técnico e tecnológico e total isenção de taxas públicas na produção e na comercialização de seus produtos.

Apoio para cursos de extensão

Através de uma indicação encaminhada ao governador do Estado, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) está reivindicando apoio financeiro por parte do Executivo visando ao pagamento das mensalidades dos professores de municípios do interior que frequentam cursos de extensão ministrados pela Udesc. Estes cursos buscam o aperfeiçoamento de professores que atuam em municípios desprovidos de faculdades, e essa qualificação representa significativa melhoria na qualidade do ensino e proporciona benefícios a toda comunidade catarinense, justifica o parlamentar.

Segundo ele, o pagamento dos cursos, no valor de aproximadamente R\$ 120, a exemplo do Projeto Magister, representa um grande investimento com um mínimo desembolso, ao mesmo tempo que resulta em benefícios diretos à sociedade e à classe do magistério.

ESPECIAL

Doadores de sangue homenageados em sessão solene

Canoinhas é hoje a Capital Nacional dos Doadores Voluntários de Sangue: dos 50 mil moradores, três mil doam sangue voluntariamente

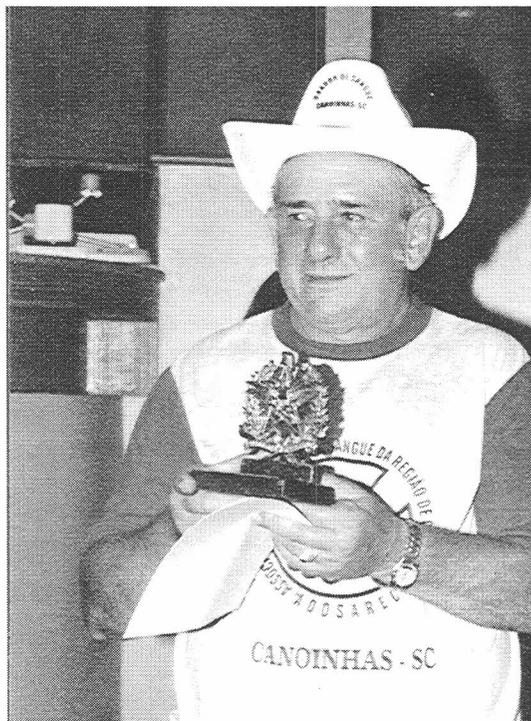
O Plenário da Assembléia Legislativa recebeu na tarde desta segunda-feira (27) mais de cem doadores de sangue de todo o Estado, indicados pelos hemocentros regionais ligados ao Hemosc. Eles foram homenageados pelos parlamentares durante sessão solene, proposta pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), com o objetivo de estimular o envolvimento com a causa comunitária e a criação de novas associações de doadores em Santa Catarina.

Uma homenagem especial foi prestada a Orestes Golanowski, presidente da Associação dos Doadores de Sangue da Região de Canoinhas - Adosarec -, a qual faz intenso trabalho de conscientização na região onde atua, sendo reconhecida hoje em todo o Brasil pelo trabalho que desenvolve.

Golanowski é exemplo de doador voluntário, ação que pratica há mais de 40 anos, período em que já fez 186 doações, sendo recordista mundial. O segundo maior doador do mundo é um

italiano, com 150 doações. Além de receber um diploma da Assembléia, a exemplo dos doadores de Canoinhas, Orestes foi agraciado com um troféu. "Nossa associação, que já existe há 10 anos, funciona 24 horas por dia. Se alguém precisa de sangue em outra cidade, nós deslocamos o doador até o local de forma gratuita. Resolvemos o problema da falta de sangue através do amor ao próximo", salientou.

O médico Saulo Pinto Sabatini, que também é doador voluntário em Canoinhas, afirmou que o sangue doado pelos voluntários do município tem qualidade garantida. "A maioria dos doadores mora no interior do município e leva uma vida extremamente regrada, mantendo cuidados diários com a saúde. E a cada doação, um total de nove exames médicos são realizados".



Orestes Golanowski

(foto Solon Soares)

Agenda

Dia 4, às 16h – Sessão especial para debater o desenvolvimento e o aprimoramento do turismo e da indústria catarinense, através da integração entre Brasil/Reino Unido/Mercosul, tendo como convidado o embaixador do Brasil em Londres, Sérgio Amaral.

Local: Plenário

Dia 4, às 16h – Audiência pública da Comissão de Educação: aplicação dos recursos do Fundef e valorização do magistério.

Local: Plenarinho

Dia 4, às 19:30h – Sessão solene em comemoração ao *Dia Internacional do Voluntário*.

Local: Plenário

Dia 5, às 17h – Reunião da CPI da Cohab – técnicos do TC prestarão esclarecimentos sobre contrato entre CEF e Cohab.

Local: Sala das Comissões

Dia 5, às 20h – Lançamento do livro *A Trajetória do Poder Legislativo Catarinense*, de Lígia Stoeterau.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dias 5 e 6 - Reunião da CPI da Sonegação - depoimentos de integrantes do Conselho Estadual de Contribuintes, entre 99/2000, sobre multas Makenji.

Local: Sala das Comissões

Dia 6, às 10h - Reunião da CPI da Invesc para apresentação do cronograma de trabalho.

Local: Sala das Comissões

Dia 6, às 18h – Abertura do *I Seminário da Escola do Legislativo de Santa Catarina*.

Local: Plenário

Dia 7, às 19:30h – Lançamento da obra *Círculos de Mistério – o conto policial catarinense*, de diversos escritores.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Desenvolvimento sustentável

Nesta quinta (30), às 19 horas, o presidente da Casa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), abriu o *1º Seminário de Soluções Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável*, em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento Econômico e Social do Sul. O encontro, que prossegue nesta sexta-feira (1º), visa discutir práticas de preservação do meio ambiente, garantindo a disponibilidade de recursos naturais para as gerações futuras e a conseqüente melhora da qualidade de vida em nosso Estado.

Alguns dos assuntos a serem debatidos são: legislação ambiental e Ministério Público; destino final de resíduos urbanos, agrícolas, industriais e do lixo hospitalar; moradias ecológicas; geração de trabalho, emprego e renda; Agenda 21 e o desenvolvimento sustentável; microempresas e cooperativas ambientais; materiais para a infra-estrutura municipal fabricados com resíduos e rejeitos ainda não recicláveis; utilização de recursos naturais na nutrição e na saúde pública.

O seminário quer obter apoio de lideranças políticas e empresariais para a recuperação de áreas ambientalmente degradadas.